



**MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E PROTAGONISMO JUVENIL – CENAS DE (DES)
ENCONTROS E PRODUÇÃO DE DESEJO**

DOI: 10.17058/barbaroi.v1i60.4969



Maria Regina Langone Noya

Centro Universitário Metodista, IPA



Resumo:

O presente artigo apresenta e analisa a experiência de pesquisa a partir do estágio profissionalizante em Psicologia vivido pela autora. Trata do olhar aos múltiplos processos de exclusão social, assim como o reconhecimento da pluralidade e diversidade da vida humana no viver adolescente, no cumprimento das medidas socioeducativas – especialmente a liberdade assistida. Foram construídas e analisadas quatro cenas de encontros com adolescentes em cumprimento das referidas medidas. As cenas revelam suas vulnerabilidades, como se utilizam do poder para serem olhados e constroem suas identidades, numa cultura do consumo e da fragilidade da produção cultural. Além disso, aponta a potência das intervenções “psi” como dispositivo de construção de sentido e práticas de liberdade entre esses jovens, na medida em que testemunha suas tentativas de existir de outros modos, para além do estigma de infratores. Traz a importância da prática da psicologia no âmbito do CREAS, auxiliando os jovens a pensarem sobre e como se tornarem protagonistas de suas próprias histórias. A metodologia utilizada foi um estudo de caso do tipo etnográfico.

Palavras Chaves: identidade, poder, consumo/produção cultural

Introdução

Vivo sempre no presente. O futuro não o conheço. O passado, já o não tenho. Pesa-me um como a possibilidade de tudo, o outro como a realidade de nada. Não tenho esperanças nem saudades. Conhecendo o que tem sido a minha vida até hoje - tantas vezes e em tanto o contrário do que eu a desejara - que posso presumir da minha vida de amanhã senão que será o que não presumo o que não quero, o que me acontece de fora, até através da minha vontade? Nem tenho nada no meu passado que relembre com o desejo inútil de o repetir. Nunca fui senão um vestígio e um simulacro de mim. O meu passado é tudo quanto não consegui ser. Nem as sensações de momentos idos me são saudosas: o que se sente exige o momento; passado este, há um virar de página e a história continua, mas não o texto (**Fernando Pessoa – O livro do Desassossego, p.129**).

A articulação entre Direitos Humanos e as práticas de atenção aos adolescentes em situação de vulnerabilidade social em nosso país nos provoca uma série de reflexões interessantes. Primeiramente, sabemos que precisamos considerar a necessidade de olhar os múltiplos processos de exclusão social, assim como o reconhecimento da pluralidade e diversidade da vida humana no existir das juventudes. No que tange os adolescentes em conflito com a lei, compreendemos que é necessário conhecer a realidade individual e também os aspectos da realidade social que são comuns a eles, rompendo com o olhar estigmatizado que os segrega e institui apenas como sujeitos judicializados. Nisso, fundamentalmente consistiu esse trabalho: compreender os sentidos atribuídos/construídos por esses jovens que cumprem medidas socioeducativas.

Este artigo apresenta saberes produzido a partir do estágio profissionalizante realizado pela autora no Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), localizado na região Leste da cidade de Porto Alegre-RS, acompanhando as Medidas Socioeducativas - MSE - onde os adolescentes são acolhidos, com encaminhamento da 3ª Vara do Juizado da Infância e da Juventude (JIJ), do Projeto Justiça Juvenil (PJJ) e Justiça Instantânea da Delegacia Estadual da Criança e do Adolescente, (JIN-DECA).

A partir das inquietações vivenciadas ao longo de dezoito meses de estágio entre agosto de 2011 e dezembro de 2012, suscitava a questão sobre que sentidos eram atribuídos por adolescentes ao cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto, acompanhadas no

CREAS Leste de Porto Alegre/RS, e qual o potencial de tais medidas no protagonismo desses sujeitos com relação aos rumos de suas próprias existências?

Para tanto no caminhar de sujeito-ator para sujeito-autora da própria prática, propôs-se como objetivo, compreender a atribuição/construção de sentidos entre esses jovens, imbricada diretamente com a construção como psicóloga. Levantando um conjunto de informações que permitiram acessar os sentidos atribuídos/construídos pelos adolescentes, analisando os sentidos emergentes do “caso” construído e pensando nos efeitos das medidas socioeducativas sobre a construção da autonomia dos adolescentes, fez-se do trabalho de conclusão de curso uma espécie de observatório da prática profissional. E isso por entender que a produção de conhecimento não pode dar-se em outra condição senão na da própria implicação direta do pesquisador com aquilo que vive e inquieta seu corpo.

Assim, pretendeu-se formular compreensões sobre o fenômeno em questão, oferecendo elementos para pensar as intervenções da Psicologia no âmbito das medidas socioeducativas.

Compreende-se que a adolescência, para além de sua demarcação temporal, incorpora a ideia do adolescente como protagonista na construção de seu processo de vida pessoal e coletivo, o que lhe confere um potencial de emancipação, autonomia e responsabilidade social. Apesar do forte componente físico-corporal presente nas transformações próprias da adolescência, elas não são naturais ou decorrentes unicamente de um processo evolutivo orgânico. É no concreto da vida, na construção/reconstrução e apropriação ou não de seus bens e valores materiais e culturais, na interação destes com processos físicos ou somáticos, genético e físico ambiental, que se definem os diversos modos de vida adolescente. Assim que “adolescentes” e “jovens” serão termos intercambiáveis neste artigo. Ora um, ora outro, designam condições de existência dos sujeitos com os quais se trabalhou, sem maiores distinções. O primeiro termo (adolescente) será privilegiado quando se trata do sujeito individual, preso na sua materialidade biológica singular, já o segundo (jovem) quando se refere ao sujeito culturalmente construído, embora reconheça que essas realidades se sobrepõem.

As medidas de meio aberto têm uma característica fundamental e clara: não retirar o adolescente do convívio social; pretendendo que ele se organize em um padrão de conduta no presente e elabore um projeto de percurso existencial de ruptura com a prática do ato

infracional. Este é objetivo da medida atribuída, da aplicação da lei: a tentativa de garantir os padrões de convivência coletiva.

Essa finalidade só pode ser obtida junto ao adolescente em conflito com a lei, em um processo educacional que considere as características do adolescente como ponto de partida e os objetivos propostos pela equipe interdisciplinar da instituição que irá assisti-lo no cumprimento da medida socioeducativa. A educação implica em objetivos e finalidades de ruptura com a prática do ato infracional, e consistindo na construção de novos objetivos: profissionalizar o adolescente e colocá-lo no mercado de trabalho ou criar condições objetivas para que o adolescente construa um projeto de vida autônomo, decida sobre o seu destino. Isso revela concepções diferentes quanto ao adolescente no presente e no futuro. Esses objetivos só são atingidos em um processo planejado e organizado que parte do presente do adolescente. Como vive? Quais são suas necessidades? E seus conflitos? Quais são seus compromissos com atos infracionais, com as drogas?

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990), fundamentado na Doutrina da Proteção Integral, define como criança a pessoa até doze anos incompletos e adolescente aquela entre doze e dezoito anos incompletos, cidadãos sujeitos de direitos e em condição peculiar de desenvolvimento. Estabelece também, um conjunto de medidas que são aplicadas mediante a autoria de ato infracional, que é a conduta descrita como crime ou contravenção penal.

Destaca-se como Medida Socioeducativa segundo o ECA (BRASIL,1990): advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade; internação em estabelecimento educacional. Estas medidas são de caráter eminentemente educativo, porque oportuniza ao adolescente, através de reflexões sobre sua conduta e na vivência de novos valores e atitudes, o estabelecimento de um projeto consequente para sua vida. São aplicadas pelo Juiz da Infância e da Juventude, após o devido processo legal considerando, a gravidade da situação; o grau de participação e as circunstâncias em que ocorreu o ato; sua personalidade, a capacidade física e psicológica para cumprir a medida; as oportunidades de reflexão sobre seu comportamento visando mudança de atitude. A Medida Socioeducativas de Prestação de Serviços à Comunidade consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente há seis meses,

junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais. A Liberdade Assistida é uma medida socioeducativa, a ser cumprida em meio aberto, isto é, sem que o jovem tenha privação de sua liberdade, aplicável aos adolescentes considerados autores de atos infracionais. Trata-se de medida judicialmente imposta, de cumprimento obrigatório.

No âmbito deste artigo refere-se especificamente às Medidas Socioeducativas em meio aberto, caracterizadas por liberdade assistida.

Além disso, secundariamente o trabalho buscou valorizar a expressão, pelos adolescentes, de suas carências e dificuldades, possibilitando-lhes planos para o porvir, compreendê-los como sujeitos sociais que, como tais, constroem um determinado modo de ser jovem. Objetivando responder à questão postulada nesta introdução optou-se em utilizar um estudo de caso do tipo etnográfico, produzido a partir da experiência de estágio profissionalizante da autora. A pesquisa se deu num cruzamento do estudo de caso etnográfico com a pesquisa ação, onde o observador engaja-se em um processo de interpretação e de reconstrução da realidade. É papel do mesmo entender as realidades construídas daqueles que são entrevistados ou observados. O estudo ocupa-se com as “construções da realidade – suas próprias construções e, em particular, aquelas construções que ela encontra no campo ou nas pessoas que estuda” Flick (1998 apud GLYNIS, 2010, p.304). A etnografia é um processo, um modo de estudar o comportamento humano. Goetz e LeCompte (1984 apud GLYNIS, 2010, p.305) dizem que a metodologia etnográfica tem traços característicos como: obter dados fenomenológicos, representar a visão de mundo dos indivíduos; são empíricas e se interessam em como os indivíduos ou grupos se comportam em seu próprio ambiente; tentar apresentar a totalidade do fenômeno sob investigação, onde o contexto é tão importante quanto a ação.

Para tanto se utilizou como instrumento de estudo, notas de campo produzidas a partir dos encontros com os adolescentes na prática do estágio, observação participante e pesquisa documental, registrada e experienciada. Do conjunto de materiais produzidos, foram construídas quatro cenas-chave, a partir das quais foram desenvolvidas as análises. O estudo, além de ser desenvolvido no contexto de estágio profissionalizante, contou com uma autorização expressa da FASC (Fundação de Assistência Social e Cidadania) indicando a anuência.

Com vistas a preservar a identidade dos participantes nas cenas, os nomes dos mesmos serão substituídos por substantivos/adjetivos, cuja escolha remete ao teor simbólico das expressões que cada adolescente usava para assim denominar atividades e sentimentos do seu dia a dia.

Cenas e Análise

Cena 1 – os jovens para além do *ato infracional* – “aqui também se morre de outras coisas”

Meados do mês de abril. Tarde de quarta-feira. Local de estágio da estagiária de Psicologia. Arrumava a sala para o atendimento em grupo dos adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa Liberdade Assistida, quando de repente o psicólogo técnico do local entra na sala com *Tranquilo e Esperto*. Tinha um papel na mão! (por lá sempre se tem um papel na mão!) O psicólogo com o papel na mão portava uma notícia: *Sereno* morreu! Perplexidade era o que ela sentia. Ficou assustada com a informação, não entendeu, pois estava vendo o irmão de *Sereno* ali na sua frente. O psicólogo faz algum comentário sobre a fragilidade da saúde de *Sereno*. Tinha asma (e suspeita de HIV, esteve no presídio central por um período de dois meses). A estagiária ainda perplexa, em choque com o impacto que a notícia trouxe, questiona sobre como aconteceu e qual causa da morte, pois até então ele vinha comparecendo aos encontros regularmente. O psicólogo com o papel na mão também parecia em choque. Certidão de óbito! Infecção generalizada, decorrente da tuberculose. A estagiária parecia não entender que ali também se morre de outras coisas, além do “tráfico”. Vulnerabilidade da vida juvenil sempre vista pela ótica do tráfico e da criminalidade agora se desmancha na forma de morte por tuberculose. Que ironia! Mais uma vez *Sereno* estava nos “papéis” do Serviço (sempre muitos papéis!). Dessa vez, o papel lhe dá a existência de morto, mas não de mais um morto qualquer, jovens traficantes mortos pelo tráfico... O papel funda sua existência como menino morto por tuberculose, em pleno ano 2012! *Tranquilo* diz que

Sereno foi internado e fugiu do hospital, pegou um táxi e foi até a “baia” (casa). Segundo ele gesticulava e mostrava o braço ensanguentado. O sangue não escorria de uma perfuração por bala ou facada. Dessa vez o sangue escorria de um acesso venoso, feito na “higiene” do contexto hospitalar. Diz-se que *Sereno* foi levado de volta ao hospital onde o entubaram para em seguida sedá-lo e aquietar o medo de “morrer de tuberculose”... o medo daquele menino que já não tinha mais medo de morrer de tiro ou de facada. Ficou no isolamento até sua morte. Isolado de tudo. Isolado do quê? Numa fala breve e quase silenciosa *Tranquilo* comenta que foi “melhor ele ter morrido de doença do que os caras (policiais) tirar a vida dele, um vagabundo desses dar um tiro no cara”. Sim. Ali também se morre de outras coisas. E o psicólogo com o papel na mão.

Jovem também morre de doença, vivendo num espaço geográfico com vulnerabilidade, onde o tráfico que mata também sustenta materialmente e mantém vidas encarceradas por um invisível poder. Adolescentes que vivem em situação de pobreza, dificuldades de acesso à educação de qualidade, desemprego, escassez de lazer. Essas são, grosso modo, as condições dos jovens com os quais se conviveu. Ficando à margem de condições mínimas para uma vida digna, os jovens e suas famílias passam a vislumbrar e desejar outras formas de vida, mais “normais”. No entanto, têm consciência e convivem frontalmente com o processo de exclusão que os segrega, diminuindo suas possibilidades de inserção na ordem dos “cidadãos de bem”. Muitos afirmam que ao procurarem emprego e dizerem que estão cumprindo medidas socioeducativas, sabem que não vão conseguir. Esses adolescentes morrem para o mundo dos “cidadãos de bem”, esforçados e trabalhadores, quando seus nomes são inscritos nos “papéis” que os identificam como jovens em conflito com a lei.

Morre também o desejo, morre a vida em suas múltiplas possibilidades. E esses jovens que nasceram de suas mães, em geral jovens pobres daquela mesma comunidade, agora são abortados simbolicamente pelo mundo dos “com futuro”. Na onipotência inicial como estagiária nasce um sentimento de frustração, de impotência diante do trágico: a morte física de mais um adolescente. Morremos um pouco com ele, mas ali se dá a possibilidade de

acolher a morte com outro olhar, diferente do olhar naturalizador que vê a morte chegar sem surpresa, pelo tráfico ou pela criminalidade. Apesar da tristeza, aqueles foram momentos de nos vermos com a finitude de maneira frontal e, dessa vez, sem as lentes protetoras da “previsibilidade” que a identidade de “jovem em conflito com a lei” nos oferece. O modo como cada um vive remete a forma como cada um vai morrer, mas nem sempre. Podemos encontrar a morte no crime, no esporte radical, no tráfico, no trabalho, no sexo, numa estrada, numa debilitação orgânica, numa esquina qualquer. Porém não queremos saber nem falar em morte, mas o real é que a experiência da morte não nos escapa. A morte do outro faz ligação com a morte própria de cada um e, nesse caso, com a morte da minha própria onipotência como aquela que poderia “salvar” os jovens desse triste destino. Acolher a morte e suportá-la em companhia dos demais fez parte de um processo de humanização, de ultrapassagem das identidades fixas que nos cegam para as muitas possibilidades do existir.

Juventude não é uma única identidade. As juventudes, sempre no plural, buscam formas de reconhecimento, formas sonhadas que uma sociedade impede de se materializarem. As identidades juvenis vão se construindo de múltiplas identificações: na religião, na droga, na violência, na apatia, no suicídio, na música, na arte, nas variadas manifestações e expressões culturais, não impedindo que tais dimensões se articulem entre si. Para DAYRELL (2003):

[...] eles são seres humanos, amam, sofrem, divertem-se, pensam a respeito de suas condições e de suas experiências de vida, posicionam-se, possuem desejos e propostas de melhoria de vida. Acreditamos que é nesse processo que cada um deles vai se construindo e sendo construído como sujeito: um ser singular que se apropria do social, transformado em representações, aspirações e práticas, que interpreta e dá sentido ao seu mundo e às relações que mantém (DAYRELL, 2003, p. 43-44)

Embora sejam tratados também como adolescentes, a adolescência é uma categoria psicológica que nem sempre se aplica a eles, porque muitas vezes já têm vidas de adultos e não passam pelos mesmos conflitos que a Psicologia descrevia. O adolescente em conflito com a lei busca uma nova identidade, procurando enfrentar o mundo dos adultos, para o qual não está preparado e desprender-se do seu mundo “infantil”, no qual vive em situação de dependência (onipotência infantil).

Essa noção do indivíduo vai se estabelecendo desde os primeiros movimentos dinâmicos de dissociação, projeção e introjeção que permitem o conhecimento do self e do mundo exterior, isto é do mundo interno e do mundo externo”. (ABERASTURY- KNOBEL, 1981, p.31).

Realiza então processos semelhantes ao luto, uma morte simbólica: luto pelo corpo infantil perdido e pelas transformações que estão ocorrendo; luto pela identidade infantil, que obriga a renunciar a sua dependência e aceitar novas responsabilidades, e o luto pela perda dos pais da infância. A dificuldade de lidar com a “morte” que não está associada apenas ao crime, constitui adolescentes que também se veem com a morte real de seus parentes, colegas, amigos, numa clara restrição de suas possibilidades de sonhar o futuro.

Os jovens infratores são geralmente jovens vulneráveis em várias dimensões. Existem muitos desafios para os que vivem em situação de pobreza ou extrema pobreza e a situação só tende se agravar. Muitas dificuldades sobressaltam. A falta de acesso à educação de qualidade, ao emprego, aos espaços culturais e sociais que poderiam ser formas de criação de novas identidades, obrigam tais jovens à restrição das sociabilidades violentas.

A esses jovens a psicóloga parece constituir a oferta de um *outro olhar*, que ajuda a existir de outro modo, em outras identificações possíveis. Mas também é difícil sustentar esse *outro olhar*. Facilmente o trabalho de intervenção “psi” se vê arrastado pela perspectiva pragmática do “fazer algo por eles”, que invariavelmente lhes tira ainda mais a possibilidade de empoderamento e autonomia. “*A monotonia e o sentimento de solidão e abandono levam a uma vida sem projeto de futuro, pois não é dono de seu destino quem não é dono de si.*” (MOFFATT, 1980, p.15).

Comumente os adolescentes tem sobre eles um olhar que fixa numa única identidade: infrator, criminoso, delinquente. Ao *olhar* e tornar-me parceira deles no surpreender-se com as diversas possibilidades de existir, sentia-se muitas vezes como oferecendo aos jovens a possibilidade de existirem de outros modos, com outras identidades, mais autores e protagonistas de algum futuro possível, mesmo em permanente tensão com as implacáveis limitações de suas realidades sociais. Trata-se de oferecer um testemunho como cumplicidade da vida, e também da morte.

O olhar significa também tomar conta de, cuidar de, zelar por. Isso é o que significa ver. Não ver através das lunetas ideológicas, de lentes deformantes, mas levar em conta aquilo que se dá a ver., portanto, daquilo que se dá a viver. Não estamos mais na ordem da representação, mas sim da apresentação. A isso chamei de a contemplação do mundo (MAFFESOLI, 2009, p.95).

Olhar e viver na ordem de não mais ser representado e sim presente na ação viva, parafraseando Maffesoli (2009), *um olhar sociológico*, para a “*casa*”, para nosso corpo, humanizar a cena de notícias de morte. É preciso abandonar os pensamentos convencionais, as evidências, acolher o que é vivido, no seu melhor e no seu pior, abdicando das certezas racionalistas e reconhecer que a vida é feita de realismo sensível: o compartilhamento das emoções, dos afetos e outras paixões comuns, uma comunidade dos afetos.

Certo estranhamento ocorre quando nos deparamos com a morte ou com alguma violência que carrega o irrepresentável, quando somos protagonistas de uma cena violenta e recebemos o impacto de algo que nos causa certa estranheza, o que por vezes pode dar uma sensação de irrealidade, como se de fato aquilo não estivesse acontecendo conosco. Nesses momentos, tão frequentes para esses adolescentes, a presença de um olhar testemunhante da dor e do absurdo pode ser o que de melhor se tem a oferecer.

Cena 2 – os jovens e suas *armas* – “entre revólveres, fotografias e palavras”.

Estágio curricular. Segundo semestre de 2011. Mês de agosto numa tarde de segunda-feira. A estagiária de Psicologia recebe para um segundo encontro em uma sala do CREAS- Leste, um adolescente para “acompanhar” a medida socioeducativa de liberdade assistida. Percebe que o adolescente havia cortado o cabelo, comenta ela. *Resgate*, desconfiado, logo diz que foi obra do tio. Nesse momento tira um celular do bolso e pergunta se ela quer ver como ele ficou diferente do que era. Muitas fotos se desdobram. Vai mostrando fotos da avó, do avô, da tia, do primo com idade de dois anos, da casa onde mora. Faz questão de mostrar foto dele quando estava internado no Hospital Psiquiátrico São Pedro. Cabelo comprido e aparência de mais gordo. A estagiária sente que ali se dá um contato mais próximo, uma conexão, um laço. Ela “olha” para ele olhando as fotos, o mundo que se desvela na pequena tela de um equipamento eletrônico desses que cabem no bolso. Segue conversando, agora fluentemente. Comenta que lá na vila onde morava, todos pensavam que ele tinha morrido. E

essa já era a segunda vez que pensavam isso. A primeira foi quando levou um tiro. A segunda, porque está morando em outro lugar. Teve que sair da vila onde morava, pois estava “jurado de morte”. Disse que era terrorista na Lomba, lugar onde morava. É, segundo ele mesmo, a “ovelha negra” da família. Aprontei demais para minha idade! Um sorriso. *Resgate* não tem documento de identidade ainda, mas usa arma. Aliás, brincava com arma desde quando era pequeno, segundo ele. Arma dá poder. As parcerias respeitam. Com arma todo mundo te respeita. Tu é “alguém”.

Os jovens experimentam uma necessidade de ponto de referência pessoal. No caso desses jovens, em particular, isso não se dá nas formas simbólicas típicas da adolescência “classe média” que vai encontrar uma profissão e tentar sobreviver dela. A maioria não tem documentos formais que os identifiquem, mas se identificam fortemente com artefatos que lhes garantem o poder de ameaça: a arma. Ser “perigoso” é ser alguém. Como todos os outros, tem necessidade de se mostrar, de se fazer existir, de ser olhado com respeito, mas não quer ser visto somente por sua aparência física, seu estilo, sua ocupação de espaço.

Os jovens chegam acuados, olhares de esquiva, trazendo o discurso pronto para convencer a si mesmos que não são “delinquentes”. Seguros de si relatam seus atos infracionais como se eles não fossem os sujeitos da ação. Na maioria das vezes se escondem na conversa, como num esconderem-se em si mesmos, aos poucos vão se mostrando desamparados, não confiando em ninguém. A possibilidade de “tirar do bolso” sua própria história, na forma das fotografias produzidas por um celular, parece responder a uma mínima confiança na possibilidade de ser olhado, de “impor respeito” com as imagens de uma vida que se faz na fronteira da criminalidade.

De certa maneira, ele também puxa do bolso uma “arma”, mas dessa vez uma arma de imagens, capazes de fazer ver uma vida, uns fragmentos de existência na periferia urbana, em meio à pobreza e à violência. Narrativas de vida que em outras condições não interessariam a ninguém. Parece restar nesses “meninos” uma vontade de narrar a própria vida, de “disparar” a própria história e testar sua validade, seu interesse, sua importância. Novamente sente-se o

olhar favorecendo uma espécie de protagonismo do jovem na cena, e com isso o desejo de existir. Como aponta Freire:

O fato de me perceber no mundo, com o mundo e com os outros me põe numa posição em face do mundo que não é de quem nada tem a ver com ele. Afinal, minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da História. (FREIRE, 1996, p.54)

Trata-se de um processo de construção de identidade, um processo de reflexão, como um julgamento do sujeito sobre si mesmo, também de observação, uma percepção do adolescente sobre o que se percebe dele. O jovem “jurado de morte” (pelas próprias condições de existência, inclusive) se “esconde”, troca sua moradia, e o Estado oferece o devido suporte legal, físico-ambiental, através do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM). Mas o Estado, naquele momento, não pode *olhar* o jovem, testemunhar sua vontade de existir e ser respeitado, senão através daquele *olhar* como psicóloga que “acompanha a medida”. Acompanhar é também oferecer ao jovem a indispensável experiência de ser olhado e de, nesse olhar, reconhecer-se como alguém que existe.

O que numa sociedade disciplinar (FOUCAULT, 1999) era atribuído às instituições – a tarefa de fabricar o sujeito normal ou disciplinado – aparentemente passa a ser cada vez mais a responsabilidade do próprio sujeito, passando a responsabilizar-se pelo seu próprio destino. Nessa esteira é que o papel desempenhado pelo Serviço pode ser uma espécie de suporte para esse processo, sem deixar a responsabilidade apenas na mão do próprio adolescente. É impossível reinventar-se sozinho, apenas por uma prescrição legal em troca de proteção.

Muitas vezes percebeu-se o trabalho como um “ajudar a nascer de novo”. Mas isso não se dá, obviamente, sem impasses. Os jovens se sentem fortemente desprotegidos e desaparecem do serviço inúmeras vezes. A relação com o serviço e com os profissionais é marcada por uma ambivalência, de quem precisa/quer ser cuidado e ao mesmo tempo desconfia permanentemente da possibilidade real disso acontecer.

Adolescência, segundo Calligaris (2000), é vista como uma fase de suspensão, chamada pelo autor de *moratória*. Esse fenômeno é contemporâneo, e é na modernidade que a moratória se instaura. No começo da segunda década de vida, ainda quando criança, o adolescente aprende

que há duas qualidades subjetivas principais para se fazer valer no mundo adulto, é necessário ser desejável e invejável. Enfim, esse aprendizado mínimo está consolidado quando seus corpos se tornaram desejantes e desejáveis, permitindo amar, gozar e reproduzir. Nessa perspectiva de compreensão da adolescência podem-se imaginar as grandes dificuldades pelas quais passam os adolescentes em conflito com a lei.

Segundo Winnicott (1987), a tendência antissocial caracteriza-se por um elemento nela que compele o meio ambiente a ser importante, implicando uma esperança de ser visto. A ausência de esperança é a característica básica da criança que sofreu privação. Quando existe uma tendência antissocial, houve uma perda de algo bom que foi retirado, que existia na experiência da criança até certa época. É um pedido de socorro, solicitando o controle em forma de olhar, de pessoas fortes, amorosas e confiantes.

A criança antissocial está simplesmente olhando um pouco mais longe, recorrendo à sociedade em vez de recorrer à família ou à escola para lhe fornecer a estabilidade de que necessita a fim de transpor os primeiros e essenciais estágios de seu crescimento emocional. (WINNICOTT, 1987, p.122).

No entanto, numa sociedade de consumo como a nossa, onde ser alguém é “poder consumir algo” para ser visto, mesmo fugazmente, “outras armas” não oferecem o mesmo potencial de acesso ao consumo (tráfico, dinheiro, bebida, roubo...) então, como auxiliar a trocar de projeto de vida que não tenha no consumo a sua principal referência, com esperança e sonho de respostas para situações e contextos antes desconhecidos.

Na incerteza diante dos desafios que lhes são colocados ou inspirados pelo mundo adulto, o que é ofertado está ligado diretamente ao modelo escolar o qual não é satisfatório para os desafios dessa população. O jovem não é levado a sério, exprimindo a tendência, muito comum nas escolas e programas educativos, de não considerar o jovem como interlocutor válido, capaz de emitir opiniões e interferir nas propostas que lhes dizem respeito, desestimulando a sua participação e o seu protagonismo. Faltam dispositivos que invistam na produção cultural, o que dificulta grandemente outras possibilidades de vida e criação.

O modelo escolar hoje instalado é ineficaz para as necessidades reais de aprendizagem desses jovens e divergentes aos interesses deles. O que leva a refletir sobre o que poderia fazer trocar de armas e no lugar do revólver outra arma, que também lhe dê poder.

Não existe vida “fora” do poder, poder é à base de tudo. Não se trata de pensar “ter” ou “não ter” o poder, mas sim as formas de “exercício” do poder. Nesse sentido, no pensamento de Foucault:

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. Não se trata de conceber o indivíduo como uma espécie de núcleo elementar, átomo primitivo, matéria múltipla e inerte que o poder golpearia e sobre o qual se aplicaria, submetendo os indivíduos ou esvaçando-os. Efetivamente, aquilo que faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos sejam identificados e constituídos enquanto indivíduos é um dos primeiros efeitos de poder. Ou seja, o indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos. O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constitui (FOUCAULT, 1979, p.183)

A esse respeito, Foucault nos leva a refletir sobre as formas de exercício do poder, colocando o poder como circularizante, nunca estanque na mão de alguém, sim na teia/rede de suas formas de efetuação, onde todos detêm de certa forma o poder para “disparar” formas de existir.

Nesse sentido, entende-se que a função desempenhada pela autora, como psicóloga estagiária, vai à direção de encontrar vias de “empoderamento” desses jovens, capazes de garantir-lhes a sensação de existência, como seres vivos, reais e capazes de criar algo apreciável para si e pelos outros.

Cena 3 – os jovens e o *trabalho* – “fronteiras e bordas da vida e morte”

Uma sala pequena, cadeiras, mesa, calor sufocante, paredes brancas. Apenas uma janela da qual avistávamos um campo de futebol, o que trazia vida àquela sala. *Casulo* olhava intensamente pela janela, erguendo o pescoço como se a estagiária nem existisse. O adolescente não falava muito e quando falava tinha uma pronúncia abafada de

difícil compreensão. Uma ideia! A estagiária colocando-se na cena convidou-o para saírem à rua e sentarem debaixo de uma árvore. Um sorriso e o pronto aceite da proposta. *Casulo* passava seus dias em casa na frente à televisão ou na rua jogando futebol. Não estuda e diz ter “nada de vontade”. Quando falava sobre alguma atividade para realizar durante os seus dias comentou sobre trabalho, colocando como primeira opção o tráfico. O que mais tem é coisa boa no tráfico! Um dia posso até virar patrão da boca!!! Tem a percepção que Patrão não faz nada. Segundo ele, não precisa ter dinheiro... tem que ter é “mente” para saber trabalhar. Nesse trabalho tem coisas boas e ruins. Ruim é ir preso e acabar na FASE (Fundação de Atendimento Socioeducativo-Porto Alegre/RS) ou morrer. Mas segundo *Casulo*, morrer todo mundo morre mesmo... assim dá lugar para outra pessoa! Bom é que, quem está no tráfico de verdade não vai preso, não acontece nada. Não pode mesmo é “caguetar” os caras para os homens (policiais). Daí, não acontece nada! Tráfico é normal ter, todas as vilas têm tráfico. Tráfico é trabalho fácil, não cansa, o problema é quando o cara é pego, senão é só se cuidar. O trabalho é ter que ficar pensando que tem que cobrar um cara, pagar outro... A estagiária pasma de ouvir, em silêncio.

Que fronteiras e bordas invisíveis são essas – tráfico-trabalho? Como relacionar ou mesmo determinar valores para vida? De que vida se está falando? Sobreviver? Viver de que modo? O diálogo com *Casulo* não se distancia muito de um diálogo qualquer com um jovem de classe média que sonha em viver manejando “investimentos” no mercado financeiro. O trabalho é cobrar de uns, pagar para outros. A perspectiva de um trabalho que não canse, no qual haja pouco esforço e muita rentabilidade parece bastante próxima. Os jovens com os quais se trabalhou também são – e não poderia ser diferente – capturados por uma subjetivação capitalística (GUATTARI, 1993) que faz desejar o menor esforço e maior lucratividade às custas da exploração do trabalho alheio. Talvez por isso esses jovens nos assustem tanto. Os jovens em conflito com a lei e seus “projetos mágicos” ligados ao tráfico,

e também os jovens de classe média com seus “projetos mágicos” ligados ao mercado financeiro de especulação. Os jovens são os “nossos” e os dos outros, o espelho da cultura.

Diz Maria Rita Kehl (2008, p.48):

Estamos com medo de nossos adolescentes. Morrendo de medo. Não me refiro aos filhos dos outros, os adolescentes do 'lado de lá': meninos de pele parda vestindo bombeta e moletom, que usam óculos escuros de noite e se chamam por nomes estranhos: mano, truta, tru. Não me refiro aos meninos da periferia que povoam os pesadelos e preconceitos da classe média. Estou me referindo a nossos próprios filhos. Estamos com medo da adolescência deles. Adolescência que começa quando?... A adolescência é, ou deveria ser o portal de entrada para a vida adulta. Só que nossa sociedade não dispõe de nenhum ritual que marque essa passagem. São muitas as portas, e todas apontam apenas para um tempo de incertezas.

Faz-se aqui a leitura deste medo na dimensão da abertura de um vácuo, um espaço para o imaginário social de produção midiática que captura e alicia esses adolescentes, pelo prazer, pela facilidade (velada) do desejo de consumir, produzindo seriação em massa, criando modos de subjetivação francamente capitalísticos.

O adolescente projeta no trabalho/tráfico um mundo de facilidades, descompromissos e ao mesmo tempo coloca os desafios e efeitos que acarretam esse trabalho, dos quais sonha escapar. Jovens são reféns da produção de identidade pelo consumo, são sucumbidos por valores capitalísticos, como se só fosse possível existir através do consumo.

A transgressão mais evidente da rebeldia urbana talvez seja ficar fora do campo do trabalho quando é ele que constitui o terreno básico das relações sociais e produz o seu capital simbólico [...] ao mesmo tempo que rechaçam a ética do trabalho, incorporam e levam ao extremo a realização do lazer e da aquisição, sem dispêndio de energias físicas, dos produtos desejados para o consumo. (DIOGENES, 1998, p.22).

Segundo Dayrell (2002), identidades juvenis se constroem por duas forças: “consumo” e “produção cultural”.

Para aqueles sujeitos jovens que se encontram desempregados, o dia a dia se mostra vazio e sem perspectivas. Quando transitamos pelos bairros e vilas adjacentes aos espaços onde moram, nos deparamos com a realidade repetitiva de muitos outros lugares. A cidade apresenta seu lado produtor de fraquezas; encontramos dezenas de adolescentes pelas ruas, bares, calçadas, campos, conversando em grupos ou mesmo sentados sem nada para fazer,

seus dias são um vácuo, sem acesso a equipamentos sociais de interesse, centros culturais e educacionais, sem espaços forçados que estimulem e proporcionem ou mesmo provoquem o desejo da participação ou quiçá ampliar suas potencialidades, fazendo um olhar para suas habilidades.

Diga-se de passagem, que não veem alternativas a não ser de levar uma vida imbricada na pobreza, mas não somente de recursos materiais, mas também e principalmente de recursos simbólicos que os auxiliem a enfrentar as transformações pelas quais a sociedade e eles próprios vêm passando. Dayrell nos faz pensar que talvez esteja aí uma das principais razões que levam os jovens pobres a se envolverem com as drogas e a marginalidade:

Vivemos no Brasil uma situação paradoxal. Nas últimas décadas vem ocorrendo uma modernização cultural, consolidando uma sociedade de consumo, ampliando o mercado de bens materiais e simbólicos, mas que não é acompanhada de uma modernização social. Assim, os jovens pobres inserem-se, mesmo que de forma restrita e desigual, em circuitos de informações, por meio dos diferentes veículos da mídia, e sofrem o apelo da cultura de consumo, estimulando sonhos e fantasias, além dos mais variados modelos e valores de humanidade (DAYRELL, 2002).

Adolescentes desprovidos se situam em lugares carentes da escolarização, da escassez do emprego, seguidos de entraves e limitações de ofertas para a participação eficaz no mercado de consumo, restrições nas formas de lazer, da carência dos direitos de vivenciar a própria juventude e, o que é mais sério, veem-se coibidos da esperança.

A fantasia do gozo constante e sem custo é geradora de um terrível vazio. Um “nada de vontade”, segundo o próprio adolescente da vinheta. Viver somente o hoje na falta de perspectiva real de futuro. A perspectiva de vida está organizada em torno daquilo que produz um prazer imediato: comida, sexo, bebida alcoólica, drogas, gestos de valentia, um objeto pessoal que cause admiração. *“Num contexto de vida tão cheio de frustrações e humilhações, apenas aquilo que se obtém e consome imediatamente é seguro; qualquer sentimento de prazer atado a um futuro abstrato pode frustrar-se, porque pode ser suprimido arbitrariamente a qualquer momento”* (MOFFATT, 1980, p.74).

Cena 4 – os jovens e o sabor da *liberdade* – “algemas simbólicas”

Linda tarde de sol. Final do mês de maio e o calor intenso inunda a sala grande e espaçosa. Dessa vez, adolescentes alegres, encontro de grupo. A estagiária comenta que *Distraído* cumpriu seu tempo da medida de liberdade assistida, assim, pede que ele fale algo. Ele poderá deixar de frequentar o grupo. O que teria ficado dos encontros que teve ali? *Distraído* se emociona! Olhos cheios de lágrimas. Um suspiro profundo de cabeça baixa. Silêncio. Passam-se uns instantes e diz algo. O término da medida significa deixar de estar preso. É ser livre! *Distraído* passou a adolescência trancado na FASE (Fundação de Atendimento Socioeducativo-Porto Alegre/RS) onde ficou três anos cumprindo regime fechado. Quer a liberdade, mas fica confuso. Custa a entender como as coisas funcionarão daqui para a frente. A estagiária repete as explicações. Outra vez. Mais uma. Então, eu não preciso mais vir? Alegria parcial. Ambiguidade total. Não vir mais ao grupo é estar livre?! *Tranquilo*, outro adolescente, também completa seu tempo da medida liberdade assistida, mas sorrindo, solicita continuar vindo aos encontros, pois assim tem aonde ir, com quem conversar... sair um pouco de casa, é como se necessitasse de uma referência, um porto para ancorar seu barco no marzão da “liberdade” que o Estado lhe concede na mesma medida em que lhe desampara. Eles estão livres para ir para onde? Fazer o quê? *Distraído* não entende como que *Tranquilo* quer continuar indo nos atendimentos de LA se já cumpriu seu tempo. A estagiária também, alegre e triste, tudo misturado e ao mesmo tempo.

O adolescente quer continuar em atendimento. O que ele quer manter? Do que ele tem receio? O que é ser livre? Livre do quê, mesmo? Fora existe um mundo que ele deseja e espera a cada instante combater dentro dele mesmo.

A liberdade não é palpável e nem somente externa ao seu corpo físico. Importa dizer que não há liberdade como uma condição total, só há práticas de liberdade, momentos de liberdade, lutas por liberdade, jogos por liberdade. Liberdade não é um estado, é um processo.

Com a psicóloga parece que ele encontrou um pouco da liberdade que deseja, mas isso fica ambíguo, porque supostamente liberdade seria não estar mais em liberdade assistida. Nos nossos encontros o jovem parece ter encontrado práticas de liberdade de pensar, sentir, experimentar ser algo além do estigma, rotulado como infrator, delinquente e outros adjetivos que reduzem à dimensão de desajustados sociais, que precisam ser afastados do convívio social para serem “recuperados”. O Estado não garantirá para ele esse espaço depois de “livre”. Trata-se de um paradoxo, na medida em que o adolescente só tem possibilidade de experimentar tais espaços/práticas de liberdade enquanto cumprindo medida socioeducativa.

No que tange os adolescentes enquanto autores do ato infracional, saltam questões sobre quem os levou até esses instrumentos do seu poder e prazer, e mais, como se instituíram e prosseguem sendo reforçados esses valores que impulsionam adolescentes à busca desenfreada do prazer, e como fazer para que eles elaborem tantas informações e novas possibilidades, cientes de que a diversidade de escolhas não é ofertada a todos.

Com eles existe o sentimento de serem excluídos da festa, do banquete da vida, e ao mesmo tempo lhes é proporcionado um maravilhoso mundo de liberdade. Liberdade como uma fantasia, uma utopia irrealizável. Liberdade do Capitalismo, *livre* para *desejar* e *livre* para *consumir*. Até que ponto esses jovens são também capturados por um mito de liberdade que o próprio capitalismo criou? Grande número de jovens só tem acesso à oferta e direitos fundamentais; escola, saúde, trabalho, oportunidades e oferta de cursos, quando *privados de liberdade*, quando cumprindo medidas socioeducativas.

Segundo Foucault (1979), não existe liberdade completa, mas apenas possíveis práticas de liberdade, quando conseguimos estabelecer práticas de governo de nós mesmos, driblando os poderes que nos “objetivam” como sujeitos, no nosso tempo sujeitos “livres” para consumir.

Por outro lado, esses jovens encontram na relação com a psicóloga e com o Serviço algum espaço para cuidarem de si mesmo, para serem mais protagonistas de suas próprias vidas, ao que podemos chamar de “práticas de liberdade”.

Nesse caso, podemos conceber que o “acompanhamento” oferecido aos jovens em liberdade assistida pode ser bem mais que um dispositivo de controle burocrático do cumprimento da medida, e sim um espaço potencial de recriação de si mesmos. “Liberdade assistida” menos com caráter de controle e muito mais com caráter de acompanhamento, de reflexão, de experimentação de outras possibilidades de si. Os jovens são “assistidos” em seus ensaios de liberdade através das relações do vínculo do afeto e de pensamento que se instalam entre eles e a psicóloga, entre eles e os demais jovens, entre eles e os demais profissionais do serviço, enfim, entre eles e o mundo que passa a reconhecê-los e dar-lhes a possibilidade de serem vistos.

Paradoxalmente, é uma “contradição”, já que estar “livre” da medida é justamente “perder” esse espaço para ensaiar a liberdade. Isso reforça a importância de que a extinção das medidas estivesse articulada com a real acolhida desses jovens em comunidades que fossem capazes de continuar ajudando-os a construir sua liberdade, um projeto possível de vida. Liberdade não se “conquista” como um produto, algo que se consome pelo pagamento de uma pena, algo que foi dado pelo “outro”. Liberdade é processo que se constrói antes de tudo na relação consigo mesmo.

Considerações finais

No decorrer dos meses em que se transitou e conviveu-se com os adolescentes do processo de estágio no CREAS Leste de Porto Alegre/RS, suscitava ininterruptamente a questão sobre que sentidos eram atribuídos por eles (e também por mim) ao cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto, e qual o potencial de tais medidas no protagonismo desses sujeitos com relação aos rumos de suas próprias existências?

Neste trabalho a pretensão não foi fechar a questão, mas abrir outras, não foi resolver o “problema”, mas sim qualificá-lo, problematizar, tirar as questões apenas do plano da angústia pessoal enquanto estagiária e recolocá-las no plano da discussão política, social, coletiva.

Neste sentido o trabalho desempenhou um papel indispensável na formação como psicóloga, contribuindo para tirar as “angústias” da condição de angústias “pessoais” com o próprio

estágio o que levou a compreensão de que as “inquietações” que tocavam o corpo como estagiária corroboram com as inquietações do coletivo do CREAS – Leste.

A vulnerabilidade social da maioria desses jovens desprovidos de condições decentes de existência salta aos olhos. Vivem em lugares carentes da escolarização que façam sentido, sem reais oportunidades de trabalho, seguidos de entraves e limitações de ofertas para a participação eficaz no mercado de consumo, restrições nas formas de lazer, além da carência dos direitos para vivenciar a própria juventude e, o que é mais sério, privados de esperança.

Pretendeu-se não somente olhar a adolescência no sentido que dá tradicionalmente a Psicologia, mas vê-la também na construção das “juventudes” que comportam muitas identidades diferentes, enquanto categoria social e cultural. Pode-se constatar o importante e relevante papel desempenhado pelo olhar do “outro” nesse momento da vida, como forma de suporte para “renascer” e existir, sentindo-se vivo, real e capaz de gestualidade espontânea, corroborando com o sentido de saúde no pensamento de Winnicott.

A criminalidade se apresenta para a maioria desses jovens como o caminho para exercer uma forma de poder sobre suas comunidades, suas relações sociais, sobre o mundo mesmo, o que nos leva a entender que as estratégias “psi” não podem desconsiderar essa condição de poder como “jogo”, já que não existe um lugar “fora” do poder. Muitas vezes somos levados a crer como profissionais “psi” que seria necessário fazer esses jovens “não desejarem o poder” que a droga e a criminalidade aparentemente lhes oferecem. Não se trata de não desejar o poder e sim de encontrar outras formas de exercício de poder na sociedade e encontrar outras “armas”, e aí se instala o problema.

O trabalho nos aponta o “tráfico/trabalho” como tentativa desses jovens “existirem” num mundo em que as identidades se compõem fortemente a partir do consumo, comprar, ter dinheiro fácil sem esforços, são meras “ilusões” que o tráfico nesse momento permite concretizar, capturando-os para o consumo imediatista, pois há uma discrepância de valores, uma fragilidade da escola para competir com o que o que tráfico oferece aos adolescentes. Também nesse sentido aponta para que a escola derrube seus muros e reconstrua um fazer pedagógico com o olhar para essas “juventudes” que precisam ser vistas e ouvidas em suas necessidades reais de existência e convívio.

Entende-se que a produção das identidades também poderia se dar via “produção cultural”, partilha social de experiências concretas de criação, onde a música, a dança, os cheiros, as cores, os diferentes materiais, as relações com os outros, mediadas por profissionais sociais da educação e da saúde pudessem constituir de fato uma possibilidade de recriar sentidos para essas vidas. Onde o jovem poderia se reconhecer no que faz e promover um intenso movimento subjetivo que o posiciona como protagonista da vida e não meramente expectador.

Outras possibilidades de se viver o tempo presente ganham visibilidade no encontro clarificado no papel desempenhado pelas práticas “psi”, nesse âmbito como forma de auxiliar esses jovens a construírem algumas práticas de liberdade, pois de certo modo essas “práticas psi” são uma estratégia para tornar a “liberdade assistida” uma prática menos de controle e mais de produção de saúde. Sensibiliza o pensar de um momento paradoxal do jovem “perder” a liberdade, (seu espaço de construção da liberdade no CREAS) justo quando ele “ganha” a liberdade de não precisar mais prestar contas à justiça e ao Estado a respeito de seus atos. A perda da “liberdade assistida” acaba sendo também, de certo modo, a perda do olhar que os ajudava a se constituírem como “outros”, além de delinquentes e perigosos.

Para concluir retoma-se à importância da experiência de estágio como “observatório” das práticas para a produção de saberes que emergiram da própria experiência. Ressalta-se a relevância dessas práticas “psi” no âmbito do CREAS como formas de produção de saúde na medida em que auxiliam esses jovens a pensarem e sentirem algo sobre si mesmo e se tornarem menos reféns da cultura da violência e da criminalidade que os “objetiva como sujeitos”, a serviço da cultura capitalística que é a nossa.

A partir da experiência deste observatório das práticas pode-se concluir que a função da psicóloga em todos os momentos parece ter partilhado essa característica de *oferta de olhar* aos jovens como contribuição para que eles “existam” de modos diferentes dos que estão obrigados a existir na prisão dessa identidade de infrator.

Mergulhada e inspirada em Fernando Pessoa citado na epígrafe, percorre-se um caminho como transeunte numa trilha de saberes, num presente sem passado nem futuro, que é a própria escrita deste texto. As cenas dos (des) encontros, e suas análises, revelam o rico movimento de produção do desejo, do qual saímos todos de certa maneira transformados.

**RESUMEN: LAS MEDIDAS EDUCATIVAS JUVENTUD Y LIDERAZGO - ESCENAS
(DES) ENCUENTRO Y LA PRODUCCIÓN DEL DESEO**

Este artículo presenta y analiza la experiencia de la investigación desde la práctica profesional durante el curso de Psicología vivido por la autora. El mismo trata de mirar los múltiples procesos de exclusión social, así como el reconocimiento de la pluralidad y la diversidad de la vida en los adolescentes que viven en la ejecución de las medidas educativas - en especial la libertad condicional. Se construyeron y analizaron cuatro escenas de encuentros con los adolescentes en el cumplimiento de dichas medidas. Las escenas revelan sus vulnerabilidades, como hacen uso del poder para ser vistos y para construir su identidad en una cultura de consumo y la fragilidad de la producción cultural. Por otra parte, muestra el potencial de las intervenciones " psi " como dispositivo de construcción de la libertad entre estos jóvenes, mientras es testimonio de sus intentos de existir en otras formas, más allá del estigma de delincuentes. Trae la importancia de la práctica de la psicología en el CREAS, ayudando a los jóvenes a pensar en cómo se volvieron protagonistas de sus propias historias. La metodología utilizada fue un estudio de caso etnográfico.

Palabras clave: Identidad, poder, consumo / producción cultural.

**ABSTRACT: EDUCATIONAL MEASURES YOUTH AND LEADERSHIP - ESCENES
(DES) MEET AND PRODUCTION OF DESIRE**

This paper presents and analyzes the research experience from the professional stage in Psychology lived by the author. This look at the multiple processes of social exclusion, as well as recognition of the plurality and diversity of life in teenagers living in the execution of educational measures - especially the probation. Were constructed and analyzed four scenes of encounters with adolescents in compliance with those measures. The scenes reveal their vulnerabilities, as use of power to be watched and construct their identities in a culture of consumption and the fragility of cultural production. Moreover, the power points of interventions "psi" as meaning construction device and practices of freedom among these youths, in that witness their attempts to exist in other ways, beyond the stigma of offenders. Brings the importance of the practice of psychology under CREAS, helping young people to think about and how to become protagonists of their own stories. The methodology used was a case study of ethnographic.

Key Words: Identity, power, power / cultural production

REFERÊNCIAS.

ABERASTURY, A; KNOBEL, M. **Adolescente normal**: um enfoque psicanalítico. Trad. De Suzana Maria Garagoray Bellve. Porto Alegre, Artes Médicas, 1981.

BRASIL. Lei Federal nº 8069/90. **ECA** – Estatuto da Criança e do Adolescente.

CALLIGARIS, C. **A Adolescência**. São Paulo: Publifolha, 2011.

DIÓGENES, G. **Cartografias da Cultura e da Violência**: Gangues, Galeras e o Movimento Hip Hop. São Paulo, Annablume, Fortaleza. Secretaria da Cultura e Desporto. 1998.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GUATTARI, F. e RONILK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1993.

KEHL, M. R. **A fratria órfã**: conversas sobre a juventude. São Paulo. Olho d'Água, 2008.

MAFFESOLI, M. (1944). **A República dos bons sentimentos**. Tradução de Ana Goldberger. São Paulo. Iluminuras. Itaú Cultural, 2009.

MOFFATT, A. 1934. **Psicoterapia do Oprimido**: ideologia e técnica da psiquiatria popular. Tradução de Paulo Esmanhoto. São Paulo: Cortez Editora, 1980.

PESSOA, F. 1888 - 1935. **Livro do Desassossego**: composto por Bernardo Soares, ajudante de guarda-livros na cidade de Lisboa; organização Richard Zenith – São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

WINNICOTT, D.D. **Privação e delinquência**. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

DAYRELL, J. O rap e o funk na socialização da juventude. **Educ. Pesqui.** São Paulo, v. 28, n. 1, June 2002. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022002000100009&lng=en&nrm=iso>. access on 09 Nov. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022002000100009>.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 24, Dec. 2003. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300004&lng=en&nrm=iso>. access on 09 Nov. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782003000300004>

Sobre a autora:

Maria Regina Langone Noya é Psicóloga formada pelo Centro Universitário Metodista, IPA – Porto Alegre, RS. Endereço Eletrônico: re_noya@hotmail.com.